

DF - Invasões

Estrutural recua e concorda com recadastramento do Idhab

Mas o impasse sobre a remoção das famílias da invasão continua

TAÍS BRAGA

A diretora de Planejamento do Idhab, Tássia Regino, esclareceu que o objetivo final do cadastramento é unicamente "coletar informações a respeito da área". Com as informações colhidas a partir do cadastramento, o Idhab, segundo a diretora, pretende planejar a solução habitacional adequada à realidade local. Regino voltou a afirmar que a posição do governo é contrária à fixação das famílias na área, mas argumentou que este ponto será pauta de futura discussão.

Após três horas de negociação com representantes do GDF a vice-presidente da Associação dos Moradores da Estrutural, Marlene Mendes, concordou em assinar um acordo com cinco pontos, que estabelece a identificação das famílias e imóveis da área da invasão da Estrutural. Participaram da reunião os membros da Comissão de Acompanhamento das Ações na Estrutural, representantes do Instituto de Desenvolvimento Habitacional de Brasília (Idhab) e dos moradores.

- 1- O processo de levantamento seja acompanhado por representante da Associação dos Moradores e sub-áreas respectivas;
- 2- Que seja excluído do selo de identificação da casa pesquisada o texto acerca da proibição de construir, ampliar ou reformar;
- 3- Distribuir às famílias identificadas, quando da entrega do protocolo, cópia do texto da lei que rege a ocupação do solo e forma de construção de moradias;
- 4- O levantamento será iniciado com um dia de diferença entre as áreas de ocupação mais antiga (Vila Velha, Catadores e Chacareiros) e no dia seguinte iniciar nas demais sub-áreas;
- 5- Que os selos sejam brancos com tarja de cores diferenciadas vinculadas à diferenciação espacial das áreas. Esclarece a comissão que esta diferenciação refere-se apenas às necessidades de expressar as diferenças físicas e não a qualquer tratamento diferente para as famílias identificadas.

Foram momentos tensos. Desconfiados, os representantes dos moradores deixavam escapar comentários pondo em dúvida a postura da comissão. Na verdade, existem quatro tendências sobre a melhor solução para o impasse. O governo quer retirar os moradores e deixar a área livre para a indústria. Os ambientalistas são radicalmente contra a ocupação da área por qualquer segmento.

Ação - Os invasores querem permanecer no local. Por fim, o deputado distrital José Edmar (PSDB) sugeriu e já apresentou uma emenda ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), cujo projeto está sendo analisado na Câmara Legislativa, propondo a ocupação mista por empresários e população. Apesar de este ser o ponto principal do problema, o assunto não foi tratado na reunião.

A discussão se resumiu à ação de identificação iniciada pelo Idhab, que foi interrompida pelos moradores, na terça-feira, após questionamento feito por Marlene Mendes, que disse não ter concordado com a metodologia da pesquisa. "A população ficou confusa, imaginando que o cadastramento começaria pela remoção", esclareceu. Ontem, apesar de contrariada e demonstrando desânimo, Marlene concordou com os termos do acordo.

Os trabalhos recomeçam terça-feira e devem durar 15 dias. Na sua avaliação, a resposta aos oito itens do formulário de identificação não vai significar a remoção da família. O acordo garantiu o acompanhamento de um fiscal da Associação dos Moradores na realização das entrevistas. Esse também é o entendimento do representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção DF (OAB-DF), Djalma Nogueira.